

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RAMÉL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISLIUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

A confusão que o BC terá de desfazer



Se para alguns a decisão da maioria do Copom soa como provocação a Lula, para outros a dissidência dos novos diretores sugere que eles estão dispostos a obedecer ao petista

Fazia tempo que uma reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) não causava tanto ruído no mercado. Não pela decisão em si, que já era esperada, mas pela forma como ela se deu.

Como se viu, o Copom reduziu a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual (p.p.), de 10,75% para 10,50% ao ano. Esse era o palpite majoritário do mercado, que estava relativamente dividido sobre a magnitude do corte.

Pesquisa realizada pelo *Projeções Broadcast* revelou que 25 analistas espe-

ravam uma redução de 0,25 p.p., enquanto 20 apostavam em uma diminuição de 0,50 p.p. Um corte maior, portanto, não seria mal recebido pelo mercado.

O problema tampouco foi o placar da decisão. Colegiados promovem discussões e favorecem o dissenso. É natural que as decisões não gerem unanimidade e, para evitar empates, o número de integrantes é ímpar. O Copom tem nove membros, entre eles o presidente do BC, mas seu voto tem o mesmo peso que o dos demais diretores na decisão final.

A questão é que a divisão entre os integrantes do Copom abriu margem

para dúvidas sobre o caráter técnico da decisão, o que é muito ruim para um órgão como o Banco Central. Os cinco membros que votaram pela redução de 0,25 p.p. foram todos indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, enquanto os quatro nomeados pelo presidente Lula da Silva se uniram em torno de um corte de 0,50 p.p.

Como informou o comunicado divulgado após a reunião, há fatores sobre os quais todos os diretores concordam. O cenário externo está mais adverso em razão das incertezas sobre quando o Federal Reserve começará a reduzir os juros nos Estados Unidos, enquanto o ambiente doméstico requer cautela em um momento de economia resiliente e expectativas de inflação desancoradas.

A ata do Copom, a ser divulgada na próxima semana, certamente trará argumentos favoráveis a cada um dos lados – tanto para quem defendia uma redução de 0,25 p.p. quanto para quem preferia uma queda de 0,50 p.p.

O ponto não é esse, mas sim o fato de que uma nuvem de suspeição se instalou sobre o colegiado, e quem contribuiu muito para criar esse clima foi o verborágico presidente Lula da Silva, que não perde a oportunidade de criticar o presidente do BC, Roberto Campos Neto.

Se para alguns a decisão da maioria do Copom soa como provocação a Lula da Silva, para outros a dissidência manifestada pelos novos diretores sugere que eles estão dispostos a obedecer aos comandos demagógicos do petista. Desfazer essa confusão será bastante desafiador.

Já se sabia que o BC não mais indica-ria a trajetória a ser trilhada tão clara-

mente desde a reunião de março, mas o órgão deixou o mercado no escuro em um momento que já era suficientemente delicado em razão do cenário externo.

Final, entre a reunião do Copom de março e a desta semana, o governo alterou as metas fiscais de 2025 e 2026. Tal decisão elevou sobremaneira a desconfiança sobre o compromisso com o reequilíbrio das contas públicas. Aparentemente, isso não preocupa quatro dos nove membros do Copom.

Sobre esse tema, o sucinto comunicado informou que o Copom acompanha com atenção os “desenvolvimentos recentes” da política fiscal e seus impactos sobre a política monetária. Para não dizer que esse risco foi menosprezado, o BC reforçou, “com especial ênfase”, que a extensão e a adequação de ajustes futuros na taxa de juros serão ditadas pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta – o que envolve, de maneira indireta, a política fiscal.

A todas as incertezas que já existiam, soma-se agora o receio de que haja um viés político nas decisões. Para piorar, tudo isso ocorre no fim do mandato de Campos Neto, que votou pelo corte menor, enquanto o mais cotado para substituí-lo no cargo, Gabriel Galipolo, votou por uma redução maior. E em 2025, os indicados pelo petista serão maioria no colegiado.

O BC terá muito trabalho para explicar a decisão desta semana de maneira convincente. E o problema é que não bastarão argumentos técnicos, pois terá de vencer uma batalha que entrou no campo da política. Uma eventual derrota pode custar a credibilidade da própria instituição. ●

O teatro ambiental de Lula

A escalada dos incêndios na Amazônia é só mais um indício de que a cenografia de Lula para disfarçar a distância entre as promessas e a ação está em processo acelerado de desmoralização

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, no primeiro quadrimestre de 2024 os focos de queimadas na Amazônia aumentaram 154% em relação ao mesmo período de 2023. Em todo o País, o aumento foi de 81%.

É verdade que parte desse volume é um efeito colateral da estiagem provocada pelo El Niño. É verdade também que, apesar do aumento dos incêndios, o desmatamento na Amazônia em 2023 caiu 50% em relação a 2022. Em geral, o desempenho do atual governo em relação ao meio ambiente é bem melhor que o do anterior. Mas seria preciso um esforço incomum para piorar o legado ambiental – este sim, genuinamente “maldito” – de um entusiasmo antiambientalista como Jair Bolsonaro.

Ainda assim, no primeiro ano do go-

verno Lula, o desmate no Cerrado aumentou 43%, e os 9 mil km² de desmate na Amazônia ainda deixam o Brasil muito longe da meta de desmatamento zero até 2030. E o recorde histórico de incêndios na Amazônia em 2024 – 17.182 focos, quebrando a marca de 16.888 em 2003 – está aí para expor o abismo entre a retórica e a realidade numa área que foi vendida a Deus e ao mundo como uma grife do novo governo.

Lula nunca foi exatamente um entusiasta da causa ambiental, e sua relação com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, nunca foi exatamente um mar de rosas. Mas, como formidável animal político que é, Lula sabe como ninguém farejar votos e loas. A defesa do meio ambiente entrou em cheio nas planilhas de seus marqueteiros petistas, e o presidente conseguiu passar uma borracha

na campanha de difamação contra Marina em 2010. Nas eleições de 2022, Lula foi vendido aos brasileiros como uma espécie de herói da floresta e continua a se vender assim nos palcos internacionais.

Todo esse teatro teve seus momentos de emoção: Lula conseguiu contrariar a realização da COP-30 em 2025 e recebeu a Cúpula da Amazônia em 2023. Com o presidente francês, Emmanuel Macron – aquele que quer fazer terra arrasada do acordo de livre comércio Mercosul-União Europeia para proteger seus agricultores –, apareceu saltitando em fotos e promoveu literalmente uma pajelança na floresta amazônica. Mas os números não se comove-ram. A lua de mel com Macron foi festejada bem longe das comunidades yanomami, onde as mortes em 2023 (363) superaram as 343 do ano de 2022, durante a era bolsonarista, qualificada de “genocídio” pelos petistas.

O sucateamento dos órgãos de fiscalização ambiental por Bolsonaro foi catastrófico. Mas o Brasil logo descobrirá se a atual greve desses órgãos, que dura desde janeiro, terá um impacto ainda maior. Não é só melhoria salarial. Em carta aberta, os servidores denunciaram explicitamente as contradições da gestão petista e a distância entre as promessas e a prática. Já no fim de fevereiro, os autos de infração na Amazônia tinham caído na ordem de 70% a 90%. Não só os criminosos estão agindo impunemente, como as

emissões de licenças para obras de infraestrutura estão paralisadas, com imensos custos para a população mais pobre do Brasil.

Em meados do ano passado, Lula deu de ombros à evisceração dos ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas no remelexo ministerial feito para aplacar o Centrão. Em fóruns internacionais, fala grosso contra os “ricos” e cobra alto o dinheiro para financiar a transição energética. Mas, aqui, o gasoduto de dinheiro público para subsidiar combustíveis fósseis opera a todo vapor.

Que o governo orgulhosamente desenvolvimentista manobre para desmoralizar o arcabouço e as metas fiscais que ele mesmo aprovou, não chega a ser surpresa. Já a desmoralização em áreas especialmente caras para a esquerda – sobretudo para uma nova linhagem progressista para quem o meio ambiente é uma prioridade absoluta, do tipo “custe o que custar” – é um pouco mais enigmática. Falta o quê? Competência? Vontade? Talvez ambos?

Invocar a ameaça do ogro Bolsonaro, apelidado de “Nero” nas redes sociais progressistas, ainda rende frisson na classe lulista. Mas para o grande público esse expediente cênico começa a perder o viço. Os números desabonadores continuam a sair, e a epopeia ambiental do demiurgo de Garanhuns assume cada vez mais ares de uma tragédia, e da pior qualidade. ●